

“RELEITURA POPULAR DA BÍBLIA PARA UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL”

O mundo que Jó não viu

Aldo Dal Pozzo

Discutem-se muito hoje, até nos meios da classe média e alta, as escandalosas desigualdades sociais, mas poucos ousam propor o rompimento do sistema. O livro de Jó tentou uma explicação, mas a explicação não podia ser encontrada naquele modelo econômico, social e religioso.

1. Amigo de Deus e indiferente aos humanos: assim não dá!

Até no bar da esquina falam do Jó paciente e piedoso. Mas parece que só leram os dois primeiros capítulos deste livro, considerado por alguns entendidos como sapiencial e por outros não.¹ Aí está uma história que parece muito antiga, lá dos tempos do patriarca Noé ou do velho Abraão. É a história de um agropecuarista famoso e bem-sucedido, que pelas desgraças da vida acabou ficando sem fazenda, sem gado, sem filhos, sem peão e sem saúde. Mas, de acordo com o que contam, deixou um grande ensinamento: sempre foi fiel a Deus, tanto nas alturas da fama e da riqueza, como nas profundezas da miséria e da humilhação. Até ficou gravada para sempre sua confissão de fé e piedade: “Nu saí do ventre de minha mãe, e nu voltarei para lá. O Senhor o deu, o Senhor o tirou, bendito seja o nome do Senhor” (1,21) e: “Se recebemos de Deus os bens, não deveríamos receber também os males?” (2,10).

Está certo: é melhor assim do que se pôr a blasfemar. E não há nada de mal que a história seja contada para servir de exemplo para toda piedosa pessoa, israelita ou não. E, aliás, tem quem ache que essa história não é a história de uma pessoa só, mas de povo inteiro. Seria um jeito de contar a história do povo de Deus que viveu tempos de glória, mas também amargou muita provação na destruição do país, do Templo, e no lamentado exílio. Além disso, cada pessoa poderia se enxergar aí como uma espécie de novo Jó. Porque poderia observar que tanto em sua vida pessoal, como na vida de grande parte das nações da terra, a fome e a miséria e o desespero ameaçam fazer perder a fé.²

1. Seria tipicamente sapiencial se estivesse seguro de uma doutrina e a apresentasse como norma para o agir humano. Na verdade, o livro de Jó vem justamente questionar as obras sapienciais vigentes, como o livro de Provérbios, que apresentam ensinamentos tidos como seguros e universais, frutos da observação empírica e da reflexão baseada em princípios religiosos. Ver WHYBRAY, R.N. O mundo social dos escritores sapienciais, in: CLEMENTS, R.E. *O mundo social do antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 231.

2. É a orientação explicitamente assumida por Henry de TERNAY. *O livro de Jó. Da provação à conversão, um longo processo*, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 48. Outros, como N.K. GOTTWALD. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1988, p. 536, acham estar ausente do autor final esta preocupação, embora seja possível utilizar esta obra, num processo de associação de idéias, para dissertar sobre o sofrimento coletivo.

O problema é que, antes da desgraça chegar à casa de Jó, ele não enxergava a desgraça dos vizinhos, como se conclui pelo capítulo 3 e outros. Falando nisso, no livro de Jó temos que distinguir dois Jó bem diferentes: o Jó fazendeiro, das festas e da extravagância, e o Jó sofredor. Ou o Jó dos dois primeiros capítulos, paciente e piedoso, e o Jó que reclama e xinga todo mundo, que está na parte dos chamados “diálogos”, a partir do capítulo 3.³

2. Dar aos sofredores o direito de falar

Na cabeça de quem escreveu por último o livro de Jó existia este objetivo: bagunçar o senso comum, esse modo de pensar muito fácil, que não esquentava a cabeça, e que continuava a dizer coisas assim: “Se sofre é porque está devendo alguma coisa” (4,7-8). Mais ou menos como muitos vivem repetindo hoje em dia: “Esse mundo sempre foi torto; os grandes é que mandam e não adianta fazer política!” E também nos meios populares a gente ouve velhas fórmulas tipo: “Deus sabe o que faz”; ou “De fome Deus não deixa morrer”. Se estes modos de falar preservam, às vezes, os pobres do desespero, o livro de Jó tem um modelo de reflexão que ajuda a superar não só essa maneira de pensar, mas também a construir um mundo sem tanto sofrimento inocente e injusto. Porque o livro de Jó dá aos sofredores a oportunidade de dizer uma palavra de protesto, um grito contra o mundo injusto, a denúncia do mundo desigual. Então, para mudar as coisas é preciso começar a desabafar, como faz Jó toda vez que toma a palavra.

Claro que Jó é um nome fictício⁴ e trata-se de uma história fictícia. Mas a Escritura fala de muita gente que conheceu o sucesso e, a seguir, a decadência econômica, como a situação que encontramos no capítulo 5 de Neemias. Tudo a ver com esse drama vivido por Jó. Só que, depois dos tormentos, esse escrito achou bom dar um final feliz ao personagem e mostrar uma recompensa para sua piedade provada.⁵ Na vida real, nem sempre a coisa se encaminha desse jeito.

Entre outras coisas, como veremos, o livro de Jó procura dizer que nem sempre as declarações das pessoas importantes e estudadas resolvem alguma coisa. Ainda mais quando procuram defender a coisa do jeito que está sem ligar para os infelizes. Por isso, o livro vai contrariar os discursos dos “três amigos” (2,11), que chegaram para mostrar ao sofredor que a ordem econômica e social eram aquelas mesmas e não havia o que discutir. O Jó sofredor fica bravo com os tais sábios, que tinham respostas

3. A respeito das várias contradições entre a prosa e os poemas no livro de Jó, pode-se consultar, entre outros, a parte introdutória do estudo de Samuel TERRIEN. *Jó*. São Paulo: Paulus, 1994.

4. Só para recordar, o nome, em hebraico *‘iyyob*, poderia significar *hostilizado*, ou poderia significar *inimigo, agressor*. Se o nome depender de um certo verbo árabe, poderia significar *convertido*. Além disso, esse nome Jó, melhor, Iob, no hebraico, poderia ligar-se a outras palavras semelhantes na etimologia ou origem, e semelhantes no som, e aí teríamos uma série de significados para o nome Iob, como: “*grito de dor, gemido, suspiro, desejo, angústia, perseguição, maltrato, grito de alegria, festa, júbilo, torrente de lágrimas, abundância de bens*”. Desse modo, o próprio nome Iob ou Jó sintetizaria sua história. Cf. G. LAURENTINI. Livro de Jó, in: BALLARINI, T. *Introdução à Bíblia III/2. Os livros poéticos*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 159. Rômulo Cândido de SOUZA. *Palavra, Parábola*. Aparecida: Ed. Santuário, 1990, p. 86.

5. A Escritura celebra as virtudes desse personagem em textos como Ez 14,14.20; Eclo 49,9; Tb 2,12.15 (só na Vulgata); Tg 5,11. Também o Corão o apresenta como modelo (Surata 38:40-44). “O “final feliz” faz mesmo do atormentado livro de Jó não uma tragédia, mas uma comédia, uma vez que a figura central é devolvida à comunidade junto com outros seres humanos e junto com Deus depois de isolamento e alienação extremos”. GOTTWALD, Norman K. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1988, p. 536.

já prontas para todas as perguntas, mesmo sem enxergar direito o problema. O Jó sofredor ficou furioso porque os amigos tentavam dizer que estava tudo bem. Podia estar bem para eles, mas não para Jó. Não eram capazes de entender as palavras que brotavam do sofrimento (6,26). No fundo ele dizia: “Chega de tagarelice” (6,29).

Provavelmente o Jó sofredor nos ensina que não é possível mudar o mundo sem ouvir o que os decaídos, os arruinados e excluídos têm a dizer. Ainda hoje é muito mais comum visitar países ricos distantes, do que bairros inteiros povoados de empobrecidos bem perto de nós. O atual Presidente da República que o diga.

3. Não basta resolver casos isolados de pobres

Como disse, o livro de Jó contesta as antigas convicções como estas: “Recordas-te de um inocente que tenha perecido?” (4,7) ou “Em tempo de fome livrar-te-á da morte e, na batalha, dos golpes da espada” (5,20). Parecia que era assim mesmo, ao menos para o rico Jó. Mas a questão que quero pôr é esta: O primeiro Jó, o fazendeiro, saboreou riqueza e bem-estar; e estava convicto de que sua felicidade era a recompensa por uma vida justa. Sendo piedoso, ajudou a muitos e disso ele se recorda (cf. 4,3-4; 29,12-17). Existem casos em que precisa agir de forma imediata e urgente. Porém não existe o tom profético, mas longas conversas entre ele e os sábios. Isso quer dizer que não existe uma palavra de esperança e de libertação duradoura para a situação desses a quem precisou ajudar. Então, enquanto tudo ia bem, parece que nunca se preocupou em dar uma solução definitiva para a sorte dos miseráveis. Pede que lhe mostrem em que se equivocou, mas não admite ser repreendido por alguma possível falta (6,24-25). Faltou visão mais ampla do problema.

Quer dizer, se Jó tivesse morrido após uma longa velhice, cercado de filhos, netos e bisnetos, e com os devidos elogios, o destino dos miseráveis continuaria inalterado. Mesmo que ele tenha dito que se interessou e solucionou problemas dos pobres, órfãos, viúvas, cegos, coxos (cf. 29,12-17), o panorama geral continua o mesmo. Os miseráveis, que ele só conseguiu ver bem depois que caiu na penúria, continuam por aí (por exemplo, em 7,2 e 24,2-25). Então não basta resolver casos isolados. É preciso tentar resolver o problema pela raiz. Sabe-se, por exemplo, que hoje, de fato, existem recursos e tecnologia para vencer a fome. No entanto, o problema continua se agravando, por mais campanhas de “natal sem fome” que se façam.

4. A solução dos problemas exige nova mentalidade

Da forma como temos a saga de Jó nos dois primeiros capítulos, tudo parecia estar no seu devido lugar. Um grande proprietário, rico, sossegado, piedoso é claro, usufruía da abundância de bens, comandava uma próspera propriedade, tinha seus filhos como administradores da produção. Seus filhos e filhas não conheciam privação. Banqueteavam-se todos os dias. Não precisavam ter pressa para voltar ao serviço. Passavam horas bebendo vinho, afinal, nem precisavam se matar de trabalhar, pois “os bois estavam lavrando” (1,14).

E seus filhos e filhas não eram tão santos assim. O pai Jó observava que se excediam na comida e na bebida, na farra e no desperdício, talvez em canções não muito sensatas. Comida e bebida obscurecem a razão, ocupam o lugar da piedade, tornam orgulhoso o coração (cf. Os 13,6). Exatamente aquilo que os profetas haviam denunciado ao longo dos tempos. É evidente que tanta festa e luxo, desperdício e ostentação, só se mantêm às custas do trabalho dos outros. “Estavam os bois lavrando”, diz de forma singela o texto (1,14). Mas junto aos bois e arados seguramente estavam os capatazes e prisioneiros, escravos e mercenários. Jó provavelmente não os conhecia e nem precisava conhecê-los. O que interessava era a produção, a renda líquida que lhe chegava às mãos.

Para muita festa era preciso “oprimir os fracos, esmagar os indigentes” (Am 4,1). Daí que Jó tem o cuidado de promover ritos penitenciais para continuar a merecer o favor do Senhor (cf. 1,5). Podemos ouvir de longe a severa ironia do profeta Amós: “Entrai em Betel e pecai! Em Guilgal, e multiplicai os pecados! Ofereci pela manhã os vossos sacrifícios, e ao terceiro dia os vossos dízimos” (Am 4,4). Quer dizer, a festas da insensatez e da extravagância continuavam, e com alguns ritos religiosos se procurava ficar de bem com Deus.

A desgraça de Jó parece ser aquela anunciada pelos profetas: depois dos banquetes, do vinho e bebedeiras, das “cítaras e harpas, tamborins e flautas”, chegou a fome e a sede (cf. Is 5,10-13). Só mais tarde Jó vai se lembrar que em suas propriedades estavam trabalhadores esgotados de tanto trabalhar, capatazes que comandavam os escravos aos gritos e palavrões (3,17-18), mercenários e escravos à beira de um desmaio de baixo do calor do sol (7,2).

Mesmo assim aparentemente nada mudou. Tudo continuou como antes. Os mestres ou sábios de então não conseguiram ver o problema. Resolveram dizer que tudo voltou ao que era antes: Jó recebe de volta tudo que tinha perdido (42,10-17). Mas nada falam dos eternos miseráveis e excluídos. Como se esses fossem injustos e maus e merecessem ser abandonados pelo próprio Deus. Preferiram não mexer no velho ditado: “Deus não abandona o justo” (8,20); “(O ímpio) não será rico nem sua fortuna terá consistência” (15,20). É o que procuram sustentar os “três amigos” (2,11). Não quiseram, ou não acharam possível, mexer na ordem econômica (!). Não conseguiram ver uma solução para as contradições da existência que Jó foi mencionando. Era bem mais cômodo continuar dizendo: “É a bênção de Deus que enriquece” (Pr 10,22) ou “Javé não deixa o justo faminto” (Pr 10,3; cf. Pr 15,3; 10,30; 11,21.31; 2,21-22). Cito aqui o livro de Provérbios porque foi no contexto cultural refletido nesta obra que surgiram as controvérsias relatadas em Jó.

5. Superar a desigualdade é santificar o nome de Deus

De um jeito ou de outro, muitas pessoas buscam na religião um apoio para terem sucesso na vida econômica, nos estudos, na vida política e até no esporte. Está na moda dizer, por exemplo: “Foi por inspiração de Jesus que fiz essa música que faz sucesso”; “Foi por inspiração de Jesus que comprei aquele bilhete premiado da loteria”. Muitos grupos religiosos exploram essa ânsia de riqueza. Em geral é sempre a tentativa de pôr

Deus a serviço do êxito individual. Não sei quantos fazem oração pelo bem comum, pela justiça social, pela igualdade.

Já disse que a partir do capítulo 3 de Jó temos uma obra literária completamente diferente da história inicial. Claro que o autor final da obra tentou fazer uma passagem suave, mas o tom é diametralmente oposto. Assim, do louvor ao nome do Senhor (1,21) o protagonista passa literalmente à maldição do mesmo nome. Poderíamos enumerar uma série de blasfêmias: “Deus devia ter suprimido o dia em que eu nasci” (cf. 3,3-4); “Deus me segura preso” (cf. 3,23); “A fúria de Deus acabou comigo” (cf. 3,26); “Deus (Shadai) me atingiu com flechas envenenadas” (cf. 6,4); “Que Deus me esmague e me mate de uma vez” (cf. 6,9); “Esse Deus furioso faz o que bem entende” (cf. 9,13); “Não adianta eu ter razão, Ele não me ouve” (cf. 9,15-16); “Ele me esmaga e me machuca por motivo qualquer” (cf. 9,17); “Ele me enche de amargura” (9,18); “Não adianta ser justo com esse Deus poderoso e raivoso” (cf. 9,20); etc.

Então está claro que esse Jó não é mais o Jó piedoso e reverente da célebre lenda. Essa mudança de tom pode ter uma explicação. Agora Jó não está mais no primeiro time dos bem-sucedidos. Podemos imaginar que nos primeiros momentos ainda teve forças para aceitar a desgraça, mas os dias foram passando e a miséria continuada foi pesando cada vez mais. E então, sem achar explicação, começou a queixar-se. De novo os três amigos não souberam desatar esse nó. Pois eles continuavam a ver os bem-sucedidos como abençoados por Deus, ao lado dos excluídos e famintos, tidos por malditos, vivendo nos barrancos e cavernas (30,4-7). Ora, aceitar que o mundo desigual é normal é uma grave ofensa ao Deus que, segundo a melhor tradição bíblica, se levanta para defender os oprimidos e os famintos. E exige a prática da justiça articulada com o culto religioso (cf. Is 1,17; Jr 7,3-7).

6. Não podemos aceitar que só os mais competentes tenham o direito de viver

Jó se viu decaído da sua condição de magnata de bois, ovelhas e plantações. A primeira reação que teve após as desgraças foi de submissão. Talvez não estivesse entendendo em profundidade o que lhe acontecia. Mas aos poucos percebeu que não havia retorno. Sem riquezas e doente, esse mais importante cacique do Oriente (1,3) começou a rever os miseráveis que estavam bem perto de si e a se lembrar do que tinha visto antes, nos seus dias de glória, mas que tinha preferido não ver ou não prestar atenção: um mundo cheio de conflitos e desigualdades, bem diferente daquela vida entre festas, banquetes, passeios (1,4-5), um mundo de miseráveis como os órfãos leiloados (6,27), os famintos (cf. 6,5), os escravos (*'ebed*) sem hora para descansar (7,2), os mercenários (*sakir*) que precisavam se humilhar e sofrer o dia inteiro debaixo do mau humor do patrão (cf. 7,1), ou na corvéia, todos dispostos como um exército para o trabalho alienado (cf. 7,1).⁶

6. “Os termos *'ebed* (= escravo) e *sakir* (= operário) não dão margem a mal-entendidos. A relação que o termo *'ebed* indica é o último grau de dependência, no qual a pessoa se torna objeto de compra. No entanto os livros da Lei do Antigo Testamento fazem distinção entre escravo comprado e escravo (judeu) por dívida”, Hans G. KIPPENBERG. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 56.

Além disso, esse Jó, no fundo, começa a se questionar se apenas aos ricos foi concedido o direito de viver. Isso ele o faz da seguinte forma: “Por que foi dada a luz a quem o trabalho oprime?” (3,20).⁷ É uma questão que, com certa frequência, os israelitas têm diante de si, como nesta conhecida lamentação: “Como podemos cantar um canto do Senhor numa terra estrangeira?” (Sl 137,4). Sinal de que a liberdade é a mais importante aspiração humana. Jó experimenta agora a sensação de que a vida sem liberdade não tem valor. Suspira pela morte como descanso, descanso já conquistado por *reis, ministros, nobres, capatazes, ímpios, pessoas esgotadas, prisioneiros, escravos, patrões* (3,13-19). Aqui ele percebe que a morte iguala a todos. Ora, se na vida tivessem sido “mais iguais”, não teria havido tanta raiva reprimida. Ou violência exposta.

Este esquema social que concentra os meios de produção e condena as maiorias ao trabalho sem liberdade é visível na história do primeiro Jó (1–2). É exatamente o mesmo modelo que se visualiza na parte poética ou na polêmica. A escola sapiencial não conseguiu questionar esse modelo sócioeconômico e tentou buscar soluções sem buscar alternativas. Como já disse, o ambiente social do livro de Jó é um enigma. Há nele uma descrição que se encaixa perfeitamente em todas as épocas e lugares. O autor de Jó permanece imobilizado, sem perspectivas históricas, e observa que a morte anula, enfim, todas essas perversidades e contradições da existência. Com ela cessam as desigualdades (3,19), cessa a farrá dos ímpios (3,17), o cansaço e a odiosa submissão (cf. 3,17-19). Será esta a mensagem que temos a dizer às “competentes e vencedoras” empresas do nosso mundo sem fronteiras? Se a morte, segundo Jó, já seria uma solução, o pouco que pudesse ter feito para dizer que não era esse tipo de mundo o único possível, ou para construir “um outro mundo possível”, já representaria um grande avanço.

7. Dominação gera insatisfação

Está se tornando freqüente ouvir queixas de funcionários de bancos, de empresas de comunicações, de jornalistas, etc., queixas amargas contra os chefes, modernísimos capatazes, nunca satisfeitos com a produção e sempre exigindo mais.

Jó contempla um cenário típico de um modo de produção que fomenta amargura e ódio nos trabalhadores. Ele conhecia muito bem esse cenário e a figura central que nos faz entender essa história é a do *capataz* (*ngs*: 3,18). A raiz desse termo, no hebraico, *ngs*, significa *tocar (animais), tanger, forçar, pressionar, oprimir, cobrar, exigir*.⁸ Pela mesma época em que se escrevia este livro de Jó, redigiam-se as obras deuteronomistas, entre elas o Êxodo, cuja redação final teria sido realizada no século V aC, da mesma forma que a parte poética de Jó teria como data provável de composição o pós-exílio. E aí no livro do Êxodo temos uma primorosa descrição da função dos capatazes. Eles executam a ordem do rei de acrescentar atividades aos escravos israelitas, e exigir-lhes a mesma cota diária de tijolos, sob o pretexto de que seriam preguiçosos e estariam desejando ocupar-se com práticas religiosas (Ex 5,6-14). Pelos anos 700 aC

7. Hebraico: *le'amel* = ao afadigado pelo trabalho; ao oprimido. Esse termo *'amal* que significa fadiga foi utilizado também no v. 10 deste capítulo 3, e vem da raiz que significa *cansar-se, esforçar-se, afadigar-se*. Faz parte do mundo do trabalho e da economia. Por extensão significa *miséria, infortúnio*.

8. Dicionário Hebraico-Português, Vozes-Sinodal, Petrópolis, 1991, 150.

Isaías se refere à “vara do capataz”, numa seqüência de expressões paralelas que realçam o drama vivido pelos mesmos israelitas, agora sob outros dominadores (Is 9,3).

Onde há capataz há dois grupos humanos diametralmente opostos. E Jó viu muito bem essa realidade. Viu o opressor (*tsar*) e tiranos (*'aritsim*) que mantinham sob suas garras algum infeliz camponês endividado, que não teve outra saída senão entregar-se para os serviços alheios (6,22-23).⁹ E viu outras figuras humanas que vivem do trabalho braçal, começando pelos “reis e ministros da terra” e “príncipes” (*sarim*) que se aproveitam dos bens e do trabalho alheios para perpetuar-se e serem honrados como destacadas figuras da história, construindo para si mausoléus ou pirâmides (3,14).¹⁰ A voz profética de Isaías denunciou um destes altos funcionários justamente por pretender edificar para si um destes monumentos (Is 22,15-19). Percebe-se que o povo, representado pelo profeta, rejeita essas obras que não atendem aos interesses do povo.

Repetindo, o que os “amigos de Jó” não conseguem questionar é justamente a “ordem social” representada na história do rico Jó. E mesmo o Jó dos diálogos não conseguiu ser profético. Não conseguiu contestar a ordem social. Não entendeu que uma das causas do mal-estar dos diferentes grupos humanos era justamente o mundo desigual.

8. Religião a serviço da inclusão

Tempos atrás via-se numa oficina “auto-elétrica”, que funcionava numa cobertura de pré-moldado, a seguinte inscrição: “A bênção de Deus enriquece” (Pr 10,22). O dono era adepto da teologia do sucesso individual. Essa auto-elétrica já faliu. E agora? Quem está errado? Não sei se o dono dessa oficina ainda está convencido do que escreveu. Pode ser que até esteja passando fome. Então quero saber se foi Deus mesmo que produziu uma terra cheia de males, cheia de pessoas econômica e socialmente desiguais, que permitiu a falência do seu fiel. A gente vê claramente, hoje, que nem na teoria nem na prática funciona uma teologia do sucesso individual.

Os diálogos entre Jó e seus amigos e Deus-Shadai são duros, ásperos e provocativos. Jó vê um mundo em que muitas pessoas sofrem sem haver, aparentemente, uma causa. Os “amigos” vêem um mundo ideal, que se rege de acordo com princípios definidos e em que a justiça tem recompensa imediata, da mesma forma que a maldade (4,7-8). Mas os próprios sábios, defensores da doutrina da retribuição, não sabem explicar a não-conformidade entre o bem praticado por Jó e seu infortúnio. Eles repreendem Jó com estas palavras: “Tu que a tantos davas lições, e fortalecias os braços inertes, com tuas palavras levantavas o trôpego e sustentavas joelhos cambaleantes. E hoje, que é tua vez, vacilas?” (4,3-5). Jó socorria pessoas necessitadas, e agora que ele se tornou necessitado – diz o texto – se sente abandonado. Mas o conselho dos amigos é simples: “agora é tua vez de agüentar”.

9. Jó 6,22-23 é uma referência à comum idéia israelita do resgate (da raiz *pdh*), uma compensação dada em troca daquilo que se quer recobrar, como nas leis relativas ao resgate de escravos e escravas, propostas, por exemplo, em Ex 21,1-11 ou Lv 25,25. Jó, agora irritado com os “amigos”, pede que o deixem em paz, pois não lhes pediu que dispusessem de sua fortuna para ser libertado daquela situação.

10. Veja-se nota a Jó 3,22 em *A Bíblia de Jerusalém*.

A literatura sapiencial da época, representada nos sábios que polemizaram com Jó, procurava defender a divindade de qualquer responsabilidade pelo sofrimento do inocente, mas o fazia partindo de uma premissa insuficiente. Não enxergavam o que estava por baixo daquele mundo de Jó tido como maravilhoso e abençoado. Não questionam se esse ambiente social e econômico de Jó era realmente justo. Parece que nem Jó entendeu qual era o problema. Os seus supostos amigos também não questionam a ordem social. Não se perguntam se era possível ou não um outro mundo, em que não houvesse esse tipo de impasse.¹¹

Não conseguiram ver o que o deuteronomista viu: Deus está do lado dos excluídos, como nos conta o livro do Êxodo. Religião ou discurso que não ajudam os excluídos a terem seu lugar no mundo para nada servem. Se não temos firme esta convicção, estaremos sempre indo de um lado para outro, tentando acomodar as coisas, mas sem resolvê-las.

Os sábios israelitas pertenciam, em geral, ao grupo de privilegiados; os que tinham podido freqüentar os círculos de estudo em Israel muitas vezes desfrutavam do poder e das benesses do povo. Mas nem sempre lhes ocorreu denunciar o desconforto dos empobrecidos. Consideram a sua profissão como a mais nobre (Sirac 38,34–39,11), mas os profetas independentes se insurgem contra os que dela se utilizam em proveito próprio (cf. Is 5,21; 29,14; 30,1; Jr 4,22; 8,8-9).

Os amigos de Jó não perceberam que aceitar o êxito individual como atestado de justiça e marca da bênção de Deus significa legitimar teologicamente a acumulação de riqueza. Jó percebe essa discrepância ao constatar, por exemplo, que “nas tendas dos ladrões reina paz” (12,6). Os sábios tentam objetar que isto é apenas aparente, pois “a vida do ímpio é um tormento contínuo” (15,20), que um bandido o espreita (15,21) e que sua riqueza não tem consistência (15,29); mas é evidente que a realidade não é bem assim (cf. 16,2-3). Então temos que procurar outros caminhos.

9. Riqueza, lei e luta a serviço da vida humana

Nos discursos de Jó podem ser vislumbrados esforços individuais para mitigar as dores de alguns grupos classicamente tidos como carentes na sociedade israelita. Jó conta que, nos tempos de glória vivia na abundância e na extravagância (29,6), era famoso e temido coronel (29,7-9), sábio conselheiro (29,21), como se fosse chefe e rei (29,25). E como bom “pai dos pobres” (v. 16: *'ab 'ebyonim*) resolvia a situação de pobres, órfãos, cegos, coxos, doentes (29,12-16).

De novo é preciso notar que não existe a visão macroeconômica e a conjuntura não deixa entrever mudanças a partir das origens do problema. Dramaticamente são descritas categorias que sobrevivem nos últimos círculos da degradação social: humanos que vivem como cachorros pelas estradas e campos, rejeitados, vis... (30,3-8).

Mas há uma série de leis na Escritura que visavam garantir o bem-estar do povo. É só recordar as várias leis que visavam proteger os pobres, os assalariados, os órfãos,

11. Uma discussão sobre o conceito de justiça em Jó pode ser encontrada no artigo de Leif E. VAAGE, *Do meio da tempestade...*, in: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana – RIBLA*, 21, 1995/2, p. 64-68.

os estrangeiros, as viúvas (cf. Dt 24), ou as leis relativas ao ano sabático para o perdão das dívidas, de modo que não se perpetuassem situações de escravidão, pobreza e marginalidade (cf. Dt 15; Lv 25). Em seu último discurso de defesa, Jó faz menção a numerosas leis de cunho social que, em teoria, regulavam a vida do povo, e desafia os interlocutores a apontar alguma omissão em relação ao que essas normas prescreviam (Jó 31).

De novo estamos diante de um rico piedoso, mas em defesa de Jó poderíamos recordar que em seu tempo o Estado Judaico soberano simplesmente não existia. Admitindo que o Deuteronômio teve sua redação concluída pelo ano 400 aC, e levando-se em conta que, desde mais ou menos o ano 600 aC até além de 200 aC, os judeus viveram sob a dominação de sucessivos impérios e, não havendo autonomia política, não havia força jurídica para exigir o cumprimento das leis. Certamente não era por falta de leis que existiam sofrendores, mas, ao menos no período em que a Terra de Israel teve autonomia, os profetas podiam enfrentar os que tinham autoridade e exigir deles a adoção de medidas urgidas pela situação. Agora vemos uma sociedade economicamente desintegrada. Embora não seja possível determinar o período histórico específico que compõe o substrato social do livro de Jó, o certo é que essa obra nos apresenta um documentário sobre os muitos anônimos marginalizados na terra de Israel.

Chama a atenção o fato de Jó pronunciar palavras de valorização do ser humano e que podem ser a base para atitudes de repúdio ao sistema da escravidão. Jó pronuncia um dito revolucionário: “Quem me fez a mim no ventre não o fez também a ele (escravo)? Quem nos formou a ambos não é um só?” (31,13). Como se sabe, nos tempos antigos o escravo praticamente não tinha direito nenhum, apenas recebia do seu dono o necessário para a vida. Não tinha direito a salário. Israel procurou humanizar a vida dos escravos e redigiu leis que lhes garantiam um mínimo de dignidade (cf. Ex 20,10; 21,2-11.20.26-27; Lv 25,39-46; Dt 12,18; 15,12-18). Mas o fato de Jó garantir que respeitou o direito do escravo ou da escrava (*'ebed* e *'amah*), quando havia litígio (31,13), nos faz supor que nas demandas jurídicas facilmente o escravo ficava em desvantagem.

Não basta a lei. Nada muda se o povo não for à luta, como se diz. Neste sentido, é muito comum ouvir pessoas repudiando ações dos sem-terra como se fosse possível ou suficiente sentar-se em poltronas com o presidente e resolver tudo “numa boa”. O que se viu até aqui é que somente a mobilização, embora acompanhada de inevitáveis conflitos, garante avanços sociais. Moisés foi capaz de atos temerosos diante de verdugos que maltratavam seu compatriota hebreu (Ex 2,11-15). Jó ainda não está suficientemente convertido para propor ações semelhantes.

10. Direito à solidariedade, terra e alimento

Aí pelas ruas o povo fala que a desgraça só se torna notícia quando atinge uma pessoa importante. No relato de Jó vemos um mundo de muitos deserdados ao lado de muita riqueza sendo usufruída, até ao esbanjamento, por um pequeno grupo familiar. Um grupo assim poderia muito bem articular uma “teologia da prosperidade”, que por sua vez fundamenta a ideologia do êxito e legitima o luxo. A propriedade seria privilé-

gio de poucos e só os mais competentes acabariam tendo o direito de viver. O desconsolo de muitos personagens bíblicos diz respeito à perda da terra e da solidariedade tribal, como no clamoroso caso dos judeus reduzidos à escravidão e dos que vendem os próprios irmãos (Ne 5,1-8).

Uma das regulamentações mais caras aos israelitas era a do direito à terra, o direito à herança (*naḥalah*). Jó, apresentado como o mais rico xeique do Oriente (1,3), de certa forma é uma afronta à concepção bíblica da terra como dom de Deus para todo o povo de Israel. Para este, Javé é o único verdadeiro rei de Israel (Jz 8,23; 1Sm 12,12) e é também o único dono da terra (Js 22,19; Os 9,3) e a terra foi dada ao povo (Nm 32,4) e repartida entre as tribos por sorteio (Js 13,6). O camponês tinha direito absoluto à sua herança (1Rs 21). Era desejo comum que toda família tivesse sua terra e nela vivesse tranqüilamente (Mq 4,4; Zc 3,10). Havia uma legislação prevendo casos de transferência ou retomada da propriedade familiar (Rt 4,1-10; Jr 32,6-9). “O Deuterônomo refere-se, com efeito, raramente à terra hereditária (*naḥalah*) do clã ou tribo individual (cf. Dt 10,9; 29,7s); sua ênfase recai antes na herança de Israel em seu conjunto. Uma conseqüência da visão do Deuterônomo de Israel como um todo unificado foi sua insistência em que não se podia negar a nenhum membro da comunidade o privilégio de gozar dos benefícios da terra e de seus produtos”.¹²

As condições históricas mudaram bastante, mas devemos garantir que cada ser humano, ao chegar a este mundo, seja recebido com “gritos de júbilo” e festa, como o próprio Jó foi recebido, embora em seu abandono tenha amaldiçoado esse dia (3,3-7). Segundo dados oficiais e fartamente divulgados, mais de 50 milhões de brasileiros vivem na miséria. Como Jó, suspiram pela intervenção de um *go'el* (19,25), um redentor que lhes devolva a terra e a liberdade. Em recente apelo intitulado “Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome”, a CNBB afirma que “temos tecnologia e recursos para vencer a fome” (n. 9).

Termino dizendo o que Jó constatou: A felicidade existiu! Ela é possível! As crianças precisam continuar a ser recebidas com festa (cf. 3). O final feliz não deve existir apenas para Jó (42,10-17), mas também para todos os miseráveis cujo sofrimento Jó teve a oportunidade de conhecer.

Aldo Dal Pozzo
Caixa Postal 19
85845-000 Vera Cruz do Oeste, PR

12. Eryl W. DAVIES. *Terra: seus direitos e privilégios*, in: R.E. CLEMENTS. *O mundo do antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 337.